

# **Literatura e Memória: a Fortaleza de São José de Macapá no contexto da Ditadura Militar em Macapá (1964-1973)**

**Fernando Pimentel Canto**

Universidade Federal do Amapá

fernando-canto@hotmail.com

**Isabelle Braz Peixoto da Silva**

Universidade Federal do Ceará

isabellebpsilva@gmail.com

## **Introdução**

Este artigo traz à tona uma temporalidade crucial no processo político do Amapá, tentando abarcar aspectos inerentes à literatura amapaense no Golpe de 1964, deflagrado pelos militares descontentes com o rumo dos acontecimentos que poderiam, segundo eles, levar o país a um regime totalitário.

O objetivo é refletir sobre a literatura relacionada aos acontecimentos políticos que fizeram da Fortaleza de São José de Macapá (doravante mencionada por FSJM, neste artigo) o lugar da prisão de

pessoas aparentemente contrárias ao regime que se instalou no Brasil e, particularmente, em Macapá, a partir dos fatos narrados por escritores e por jornalistas que vivenciaram aquele período.

Por estar a memória ligada ao espaço (e ao tempo), as lembranças e a imaginação dos sujeitos os ligam aos lugares oriundos das imagens reais ou a lugares criados, pois cada ser humano possui sistema de lugares reais e imaginários que pode alterar. E a literatura, amparada pela interdisciplinaridade das Ciências Sociais, pode cada vez mais refletir sobre esses lugares existentes na memória e no espírito humano.

Considerando todos esses aspectos, há uma FSJM de pedra, outra de imagens mais uma anímica que estimula a cultura de homens e mulheres que dela fazem marco indelével da cultura local e, portanto, da identidade, com seus significados simbólicos sociais inerentes.

Penso que, na sua concretude, na sua permanência e existência, tem papel histórico e turístico hoje e sua significância como representação simbólica para o povo local. Então, a partir de suas imagens tão disseminadas, possui uma espécie de “alma”, que promove e que instiga a identidade coletiva e faz as pessoas se orgulharem de tê-la como um símbolo. E não se trata apenas de orgulho fugaz do conjunto da população local ou nativa, que a encarna, que a lê e que protesta, quando ocorrem atribulações, fora ou dentro dela, mas também porque a FSJM exerce certo fascínio nos visitantes.

É inevitável inserir a literatura produzida sobre a fortaleza como sistema de representações que compõem a realidade social, mas também é preciso observá-la além da condição de edificação, até como objeto que simboliza a caverna, o refúgio interior dos homens, o coração e imagem que protege e concentra o interior do espírito.

Nesse contexto, a análise sociológica da literatura (sem que se

tome o lugar da crítica literária, pois não é esse o papel da Sociologia da Literatura) pode trazer à luz o que a sociedade amapaense mostra de forma tênue ou o que esconde sob as pedras seculares da fortaleza, ali na paisagem.

Antonio Candido esclarece que “a criação literária corresponde a certas necessidades de representação de mundo, às vezes como preâmbulo a uma *praxis* socialmente condicionada” (CANDIDO, 2000, p. 49).

Assim, creio que, como diz o autor, a literatura aparece como algo que a análise sociológica pode interpretar porque é na sociedade, obviamente, que estão presentes e em movimento as identidades.

Entretanto, se a vida, a leitura, a imaginação, a escrita e os laços políticos se envolverem, o resultado será a força que todos experimentam para enfim se tornarem o que são. A aventura da escrita e o prazer da leitura são condições essenciais e inalienáveis para o entendimento da visão de mundo do escritor. Este, por sua vez, mostra-se em códigos semânticos, em expressões e sentimentos advindos do seu potencial criativo, que nada mais é do que um profundo mergulho de sua (in)consciência na experiência adquirida na vida social. O escritor agindo, e repercutindo com sua obra, expressa a identidade ou as identidades sociais de um povo.

## **O Estabelecimento do Regime Militar no Amapá: a FSJM como calabouço de doidos e bêbados**

No ano de 1964, havia apenas um semanário (*Folha do Povo*) de oposição ao militarismo e ao janarismo, movimento político-social deflagrado pelo ex-governador Janary Nunes desde 1943, quando foi criado o então Território Federal do Amapá, e que ainda exercia forte

influência nos governos territorial e municipal, uma vez que o ex-governador era deputado federal naquele ano. Durante todo o período territorial do Amapá (1943-1988), o governador nomeado pelo presidente da República era quem nomeava os prefeitos dos municípios.

A denúncia de que a “histórica FSJM, que os portugueses erigiram no meio da floresta para deter o estrangeirismo no Brasil, por todo o lençol verde da planície amazônica”, feita pelo jornal *Folha do Povo* (FORTALEZA..., 28 de maio de 1959), traz a ordem de utilização, segundo o repórter, para objetivos criminosos em suas dependências. Ele culpa o “Sr. Chefe de Polícia”, que manda prender pessoas por 3, 4 dias “pelo simples fato da embriaguez”. A seguir o repórter narra o caso de um preso considerado louco na cidade, que “de andrajos sujos, fica o dia inteiro sentado, espantando o moscaréu do seu corpo nauseante em cima de uma pedra grotesca que o acaso jogou na masmorra odiosa do cume da destruição da liberdade”. O jornalista também fala que não pôde fotografar nem conversar porque os responsáveis o ameaçaram de prisão “e de outras coisas que doem e magoam os princípios da verdadeira democracia”<sup>1</sup>.

A mesma reportagem conta ainda que, além do “psicopata”, estava preso um funcionário da DSG (Divisão de Segurança e Guarda, órgão equivalente hoje à Secretária de Segurança Estadual) por motivos políticos, pois havia se rebelado contra o Chefe da Polícia e fora “trancafiado como criminoso num mundo asqueroso de imundície”.

Após pedir severa punição ao gestor, o jornalista anônimo informa que, no início do Território, Janary Nunes solicitou ao Instituto Histórico Nacional e Artístico o consentimento para o aquartelamento da Guarda Territorial na FSJM, porém, diz o jornalista, “não é e nunca foi do nosso conhecimento que foi dada a autorização para trancafia-

---

<sup>1</sup>Nessa época, a FSJM era ocupada pelo corpo da Guarda Territorial.

rem nos cubículos inabitáveis dessa praça de guerra, doidos, funcionários perseguidos políticos e presos por bebedeiras”. O autor chama a atenção para o Ministério da Justiça e para o Instituto do Patrimônio Nacional para que

isso seja refreado, pois só tem trazido ao mundo territorial um conceito muito diferente daquele que era defender a Pátria. Hoje a Fortaleza de Macapá só serve para humilhar o povo amapaense e fazê-lo esquecer de que ela foi, em outros tempos, *a sentinela avançada a serviço do povo e do nosso Brasil (FORTALEZA...*, de 28 de maio de 1959, grifo nosso).

Na realidade, e segundo Penafort (1997, p. 4), os calabouços da FSJM sempre foram usados para prender delinquentes e supostos inimigos dos administradores. Mas foi mesmo no governo de Janary Nunes que passou a ter outros usos, que iam desde local de instalação da Imprensa Oficial, com seus maquinários gráficos, a sede da Guarda Territorial, passando por oficinas de diversas atividades laborais, fabriquetas e palco de desfiles patrióticos.

O discurso do repórter ainda hoje se reproduz nas escolas públicas e se reafirma durante as datas e solenidades cívicas, o que dá à fortificação sentido áurico e solene, como um templo<sup>2</sup>. Mas nem sempre

---

<sup>2</sup>A única voz contrária que pudemos encontrar sobre a localização da FSJM, que é motivo de orgulho na defesa da foz do rio Amazonas contra possível “invasão estrangeira”, foi a do cientista paraense Ferreira Penna, viajante e grande conhecedor da Amazônia do século XIX, que esteve em Macapá por volta de 1880. Ele afirmou o seguinte: “Ao sul da cidade está a Fortaleza de Macapá, construída no século passado com todas as regras da arte militar, segundo o sistema de Vauban, sobre um terreno alto e pedregoso, que, todavia, tem sido muito escavado pela pancada das ondas do rio que ali vão quebrar-se”.

“Esta Fortaleza é considerada no Império na mesma ordem da de Santa Cruz; mas como praça de guerra, *sua importância vai além de constituir-se um centro de reunião de forças para distrair, provisoriamente ou por um momento, qualquer agressão estrangeira* [grifo nosso]. Entre ela e a cordilheira de ilhas que limitam o ramo norte do Amazonas, separando-o do ramo meridional, há um espaço de cerca

foi assim, pois o militarismo pós-1964 fez da fortaleza um lugar de prisão de suspeitos desde a instauração das comissões militares de investigação contra as pessoas consideradas comunistas ou das quais se suspeitava que tivessem alguma posição contrária ao regime.

O jornalista e poeta Hélio Penafort (1997, p. 4) informa que, antes de 1964, o comunismo era levado mais a sério pela Igreja do que pelo Governo. Depois da deposição do presidente João Goulart, mudou completamente o fio da história. A primeira iniciativa do Comando Supremo da Revolução – nome que deram ao triunvirato composto de oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica que tomou conta do Brasil até a posse do presidente-general Humberto Castello Branco – foi constituir a Comissão Geral de Investigação que espalhou sucursais pelos Estados e Territórios, as Comissões de Investigação Sumária. Esse aparelho tinha por função descobrir e prender comunistas-subversivos e corruptos, onde quer que estivessem.

No então Território Federal do Amapá, os mesmos exageros ocorridos nos outros cantos do país foram registrados, pois a Comissão de Investigação Sumária começou prendendo prefeitos e funcionários graduados, impondo-lhes humilhações públicas, pois eram acusados de improbidade administrativa. A dita Comissão iniciou a perseguição de suspeitos de vinculação ao comunismo internacional, o que nunca ficou comprovado. E, “na falta de autênticos, qualquer um servia para ser comunista”, diz Penafort (1997, p. 4).

Para ampliar o leque do aparelhamento policial, foram criadas as figuras do cripto (secreto, escondido) e do filo-comunista (comunista amigo, agradável). Todos iam presos para averiguações depois de passar alguns dias nos porões da FSJM ou nos xadrezes das delegacias;

---

de 6 milhas, que tanto é ali a largura do rio. Ao Sul daquelas ilhas e ao NO da ilha Marajó, está o vasto ramo meridional do Amazonas que toma o nome de rio do Vieira, navegável para os maiores vapores do mundo”. (PENNA. 1971, p. 15).

depois eram soltos sob o juramento solene de que iriam se comportar dali em diante. Esse foi o caso do jornalista – distribuidor de jornais e revistas – Antonio Melo,

um dos primeiros presos do Golpe Militar de 64 no Amapá *por razões que nem ele sabia* [grifo nosso]; passou uma semana preso na Fortaleza de Macapá; foi socorrido e libertado na época pelo advogado paraense José Carlos Castro, que era cametaense (de Cametá, cidade do interior do Pará) e se sensibilizou com a situação do seu conterrâneo (LÁZARO, s.d.).

Em Calçoene (município amapaense ao norte da capital), não faltaram situações crassas: o prefeito mandou prender dez moradores que protestavam contra o aumento do preço da carne. Passou um telegrama para o governador informando que havia detido perigosos comunistas que estavam ameaçando a estabilidade de sua administração, informando ainda que outros estavam soltos. O governador, general Luiz Mendes da Silva, retransmitiu o telegrama ao comando da 8ª Região Militar, que determinou o embarque de soldados de Clevelândia (Base Militar do Exército na fronteira instalada no município de Oiapoque) para ocupar Calçoene. Segundo Penafort, “a pantomima só não se concretizou porque o comandante de Clevelândia foi avisado que tudo aquilo não passava de delírios e fantasias” (PENAFORT, 1997, p. 4). O que se seguiu também serviu para uma espécie de “ajuste de contas” com o janarismo. De tudo fizeram para conseguir a cassação do mandato do deputado federal (e coronel da reserva) Janary Nunes: mobilizaram várias comissões com o intuito de organizar documentação que o enquadrasse como ímprobo e subversivo; depoimentos e provas foram anexados ao dossiê e entregues ao governador por um funcionário do Gabinete do governador à Comissão Geral de Investigação. O documento chegou às mãos do presidente Castello Branco, mas todos os pedidos de cassação de Janary foram rejeitados,

inclusive o do governador general Luiz Mendes da Silva. Castello Branco preferiu acatar o pleito do empresário que explorava o manganês no Amapá, Augusto Trajano de Azevedo. E assim deixaram Janary sossegado.

Em 1965, o Amapá possuía três jornais. O *Novo Amapá*, órgão oficial do Governo, a *Voz Católica*, que pertencia à Prelazia de Macapá e então aliada ao Governo, e a *Folha do Povo*, que fora oposição e agora apoiava o golpe, inclusive tendo membros de sua diretoria exercendo relevantes cargos públicos da administração territorial. Segundo Penafort, agora “a oposição se resumia aos murmúrios dos botequins”.

A cultura local nada produzia a não ser com o aval da censura e com algum tipo de manifestação consentida pelos governantes. Certa vez foi necessário que a imprensa paraense interviesse em questões ligadas ao Território. Foi quando o governador mandou prender todo o Grupo de Teatro do Amazonas, que fazia uma turnê pela região com a peça *A Respeitável Prostituta*, de Jean-Paul Sartre. Os artistas saíram do palco do Cine-Teatro Territorial direto para a Fortaleza de São José, onde ficaram dias prestando inúteis depoimentos. Esse acontecimento escandalizou o mundo artístico da Amazônia, tanto que

a “Província do Pará”, tradicional e conceituado jornal de Belém, fez uma longa matéria centrando críticas principalmente ao chefe de polícia Renê Azevedo Limonchi (ex-membro da Escuderia Le Coq da polícia carioca, que muitos diziam ser o esquadrão da morte que aterrorizava a Zona Sul do Rio). Com as voltas que o mundo dá, Renê Limonchi foi nomeado prefeito de Macapá, acumulando as funções de caçador de subversivos, até ser preso pelo governador por atos de corrupção na prefeitura. E foi bater com as costas na mesma cela da Fortaleza para onde já tinha mandado muita gente (PENAFORT, 1997, p. 4).

A partir de 1967, com a onda de inconformismo no país, o governo militar recrudesciu, passando a usar de extrema violência através de



tortura, sequestros e mortes, nascendo então o AI-5 em 1968. O presidente era Costa e Silva e, no Amapá, o governador era outro general, Ivanhoé Gonçalves Martins.

Foi então que a Igreja local, através de um padre que se transformou em líder político-espiritual, começou a influenciar jovens católicos com suas palestras e sermões a respeito da situação política nacional. Era o padre italiano Caetano Maiello, educador e responsável pela comunicação social da Prelazia, que, além do jornal *Voz Católica*, tinha a Rádio Educadora de Macapá, com grande audiência na capital e no interior, além de poder e influência entre o rebanho de fiéis.

Os jovens educados pelo referido padre iam para o ensino superior fora do Amapá, pois em Macapá ainda não existiam cursos de nível superior. Caetano Maiello enfrentou oposição de muitos dos seus pares e de católicos tradicionais, mas era muito respeitado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e colaborava com publicações europeias que observavam a América Latina com preocupações constantes.

Os episódios acima mencionados servem, de certo modo, para dar um panorama da situação política amapaense nesse período, quando a FSJM era o palco e lugar de uma inesperada, mas preocupante, peça encenada pelos atores sociais de então, mormente por ter envolvido pessoas dispostas a violentar vítimas ignorantes de um sistema político avassalador e cruel.

Nesse contexto, a ignorância e o medo eram tamanhos que ganhou corpo o discurso fictício sobre a criação da “Operação Engasga-Engasga”, cunhada pelo regime militar em Macapá para amedrontar os civis (sobretudo, a gente alheia ao processo político de perdas de direitos democráticos) alegando um suposto procedimento violento dos

críticos ao regime, na capital do Território Federal do Amapá, como veremos a seguir.

## **O Terror da Operação “Engasga-Engasga” em Macapá: a Fortaleza de São José como depósito de presos políticos**

A literatura sobre um dos eventos políticos mais importantes do antigo Território do Amapá, a chamada Operação “Engasga-Engasga”, só pode ser lida através do noticiário de alguns poucos jornais que circularam no Amapá e em Belém, em trabalhos acadêmicos, no relatório da Comissão Estadual da Verdade ou em alguns capítulos do inédito romance-reportagem escrito pelo jornalista Jorge Hernani<sup>3</sup> sobre o tema, como veremos adiante.

Na época dos acontecimentos da citada operação, maio de 1973, o *Jornal Novo Amapá* noticiava o fato na versão da polícia<sup>4</sup>:

### **CIDADE EM PAZ NOVAMENTE**

A Polícia já deitou a mão sobre o grupo que vinha deixando intranquila a população de Macapá, praticando atentado contra diversas senhoras e senhoritas, em uma ação que foi iniciada na tarde do sábado último e concluída na madrugada de quinta-feira desta semana.

### **Caçada**

Tudo começou com um atentado de que foi vítima uma senhorita no sábado à tarde, na Avenida Padre Júlio Maria Lombardi, entre as

---

<sup>3</sup>Jorge Hernani dos Santos, jornalista, nascido em Macapá, foi diretor de jornalismo da TV Amapá e da TV Marco Zero. Trabalhou na Assessoria de Comunicação do Governo do Estado do Amapá e morreu em 1º de fevereiro de 2006. Àquela altura, estava escrevendo outro livro-reportagem sobre o sequestro de dois vereadores por razões políticas. (Portal da Imprensa – Jornalismo e Comunicação na web, 07.02.2006. Disponível em: [portalimprensa.com.br](http://portalimprensa.com.br)).

<sup>4</sup>Transcrevemos a matéria *in totum* devido aos detalhes nela colocados.

ruas Odilardo Silva e Eliezer Levy, quando um homem barbudo e cabeludo tentou estrangulá-la utilizando possivelmente uma corda de manilha.

De início a polícia tomou as providências normais para uma tentativa de homicídio. Mais tarde, porém, com o surgimento de novos casos semelhantes, em outros pontos da capital, a população começou a ficar alarmada e a Polícia adotou novas medidas, já com a certeza de não se tratar de apenas um elemento.

O próprio chefe de Polícia, coronel Gentil Campos, passou a dirigir as operações, isto depois de manter contato com uma das vítimas e de verificar que as marcas deixadas no pescoço das mesmas não eram pura e simples de um estrangulamento.

Foi montado o esquema para erradicação, bem como um levantamento de todas as áreas de probabilidades.

Na madrugada de quinta-feira as providências adotadas deram os resultados esperados, sendo presos os elementos implicados que estão em poder das autoridades policiais, para os devidos esclarecimentos.

#### **Perucas e barbas serviam de disfarce**

Os perigosos elementos que a polícia prendeu na madrugada de quinta-feira, utilizavam uma série de recursos de des-pistamento, escapando dos lugares onde atacavam, pelo simples processo de mudança de aspecto.

Perucas, barbas postiças e outros materiais foram apreendidos pelas autoridades policiais. Eles utilizavam perucas e barbas postiças, além de luvas com lixa, para atacar vítimas. Logo depois dos ataques arrancavam os disfarces e apareciam como se também estivessem participando das buscas.

Foi o detetive Queiroga que percebeu o truque e prendeu o primeiro dos marginais. Quando este já procurava fugir.

#### **Bairro do Trem teve quatro atentados**

Durante as operações efetuadas para a prisão dos marginais que tinham apavorado a população, a Polícia local utilizou, segundo as declarações do coronel Gentil de Almeida Campos, um total de 30 homens, em equipes que se revezavam nos diversos setores suspeitos.

Foram atendidos um total de 33 alarmes falsos, com um total de sete atentados, sendo quatro no bairro do Trem, dois no bairro do Beírol e um na CEA.

Foram determinados 11 locais suspeitos que passaram a ser devidamente vigiados pela polícia, que colheu os resultados, prendendo em um deles, os elementos procurados.

O próprio chefe de Polícia, ao ser indagado sobre a possível presença de um estrangeiro ao meio dos capturados, disse não ser verdadeira a notícia, como são inverídicas muitas outras que circularam na cidade.

O elemento que foi capturado inicialmente, isto depois de ter trocado tiros com a polícia, acabou sendo atingido por uma bala à altura da perna, o que fez que começassem a surgir resultados relativos à operação.

O Exército entrou em ação no último dia da operação, contribuindo de forma destacada para o êxito da missão policial (*CIDADE...*, 10 de maio de 1973).

Então novamente a FSJM foi o lugar da prisão dos suspeitos de participarem da tal operação, mesmo que muitos – talvez todos – nem soubessem o que realmente estava acontecendo. O editor do jornal *Resistência*<sup>5</sup> escreveu:

Macapá, 1973 – O país vivia o terror dos anos Médici. No Amapá, várias mulheres foram agredidas e engasgadas por desconhecidos. Era o que a população amapaense passou a chamar de operação “engasga-engasga” – terrorismo organizado por forças militares, interessadas em pressionar o Governo para a implantação de uma política militar no Amapá. A cidade viveu sob o manto do terror. Dezenas de pessoas tiveram suas casas invadidas, foram presas e torturadas, lá e em Belém. Durante todos esses anos esses fatos ficaram entre o cochicho dos oprimidos e o silêncio dos temerosos. Até que

---

<sup>5</sup>A linha editorial do jornal *Resistência* era de esquerda e, naturalmente, se opunha ao regime militar. Era editado em Belém/PA. A reportagem intitulada “OPERAÇÃO ‘ENGASGA’ — Tortura em Macapá: uma época de obscurantismo político” é de março de 1980.

o Repórter Ray Cunha, teve a coragem de levá-los (Jornal *Resistência*, Belém, março de 1980).

Entre as informações dos depoimentos colhidos das pessoas que estiveram envolvidas naquele contexto, coligimos algumas delas de forma resumida, como a reportagem de Ray Cunha a seguir.

Muitas das personagens que participaram desta história obscurantista, desapareceram do mapa e vivem em outras cidades; algumas se recusaram a falar; *outras ainda revelaram medo por várias razões, entre as quais a de querer esquecer as humilhações pelas quais passaram* [grifo nosso].

O Governador do Amapá era Lisboa Freire, da Marinha de Guerra e o Secretário de Segurança o sr. Índio Machado (que substituíra o anterior) e contratou oficiais da Polícia Militar do Paraná para dar treinamento em Macapá.

“As fichas das mulheres que haviam sido atendidas, vítimas de supostos ‘terroristas’ sumiram do Hospital Geral de Macapá (onde na época se fazia exame de corpo de delito)”.

“José Fernandes Ribeiro, que perdeu a panificadora e teve que suportar a desintegração da família, é uma figura central no caso e, *hoje compõe as peças do que aconteceu e ninguém sabe o que foi...*” [grifo nosso]

### **Prisão de Odilardo Lima**

“Mulheres se queixavam na polícia que haviam sido agredidas e engasgadas por elementos desconhecidos”

“As constantes faltas de energia elétrica à noite, gerou um clima de tensão, o que fez os parentes das estudantes irem esperá-las armados de terçados (facões)”.

“O clima de tensão aos poucos foi transformado em clima de terror”.

“A polícia deteve os elementos que haviam sido presos em 1964 à revelia e sem comunicar a ninguém”.

“Odilardo Lima (líder comunitário da Igreja e redator do Departamento de Jornalismo da Rádio Educadora de Macapá) conta que a

operação teve feições cômicas, porque ninguém acreditava na polícia. Mesmo assim ele foi um dos primeiros a ser preso e recolhido à FSJM, pois tinha seu nome na lista negra do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), por já ter pertencido aos quadros do Exército como cabo, de onde teria sido expulso por incompatibilidade ideológica”.

“Ele foi abordado por homens do Exército, do DOPS, do SNI (Serviço Nacional de Informações) e membros da Polícia Civil, no seu local de trabalho”.

“Na Fortaleza, já preso em um dos porões, viu um delegado selecionar correntes e nesse momento ‘não deu um tostão por sua vida’, contou”.

“Depois chegaram pessoas conhecidas como o João Capiberibe (irmão do futuro Governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, que naquele ano estava exilado politicamente em Moçambique), e Francisco das Chagas Bezerra, o Chaguinha, ex-líder sindical dos Carregadores de Macapá, e um dos presos em 1964”.

“Havia 28 presos em dois porões, entre eles um epilético que iria ter ataques muitas vezes, e um velho aleijado”.

“Só depois do terceiro dia é que as famílias foram avisadas e começaram a mandar comida”.

“Havia uma tropa de soldados da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria e Selva do Exército, entre eles, torturadores”.

“Bateram violentamente no Isnard Lima (Poeta) e nos outros munidos de correntes e arames”.

“O Paul Lerouge, um professor francês, residente em Macapá, que havia lutado na Resistência Francesa durante a II Guerra Mundial, também apanhou muito, apesar da idade avançada”.

“Odilardo foi torturado durante duas horas com correntes e arames”.

“Foram levados encapuzados para o aeroporto com destino a Belém”.

“Éramos cerca de 30 presos e havia só uma mulher, que era acusada de distribuir bombons envenenados”.

“Passamos cerca de um mês presos no quartel do Exército em Belém, até que relaxaram a prisão e poderíamos visitar familiares, mas tínhamos que chegar até às 22h00”.

“Entre os presos, além de Odilardo, estavam João Capi, Chaguinha, Paul Lerouge, Alexandre Jorge e Fernando Ribeiro”.

“O Alexandre foi baleado na rótula pela polícia dentro da casa dele, e passava mal com o ferimento”.

“Fomos submetidos a interrogatórios até sermos liberados, quando viramos ‘Hóspedes do Governo’, segundo um oficial do Exército”.

“Depois pegamos um avião (das Forças Armadas) para Macapá. Voltou todo mundo”.

“O objetivo e causa de suas prisões permaneceram como uma incógnita, mas não tão difícil de responder” (CUNHA, 1980).

Rui Lima (irmão mais novo de Odilardo), em carta ao repórter do dia 15 de dezembro de 1979, direto do Rio de Janeiro, onde estudava, narrou a prisão de seu irmão e, entre outros pontos, afirmou sua posição política:

Nossa posição é combatida como uma política de extermínio, prisões e tortura a todos os seus militantes. Foi nesse período do “Engasga-Engasga” que comecei a ver as coisas mais claras, devido as opressões, as tensões, à constante ronda que era feita perto de casa. Foi quando senti e comecei a ver tudo bem definido e até a ter ódio. Foi então que não poderia estar afastado dessa vivência política, combativa ao regime. (Jornal *Resistência*, 1979).

O episódio do “Engasga” seria narrado depois pelo jornalista Jorge Hernani de forma romanceada. São textos que, devido à perda de parte deles, não chegaram às mãos dos leitores interessados no assunto. O autor enfoca, de forma dramática, quase toda a história, sempre baseado em depoimentos dos envolvidos, tanto os protagonistas presos e torturados como os atores subalternos do regime militar.

A frase marxista popularizada, oriunda do pensamento de Hegel, de que a história só se repete se for como farsa, esteve estampada no episódio criado pelos policiais do DOPS (Delegacia da Ordem Política e Social), visando à instalação da Polícia Militar do Amapá. E ela só poderia acontecer caso um fato marcante ocorresse. Então criaram a farsa da operação “Engasga-engasga”, quando se espalhou a (falsa) notícia de que terroristas estavam em Macapá promovendo a desordem e estrangulando estudantes que saíam das aulas à noite. Criou-se um clima de paranoia coletiva, quando todos se assustavam ao menor sinal de “ação terrorista”, que rendeu, como já o dissemos acima, a prisão de inúmeras pessoas inocentes, das quais muitas foram torturadas nos porões da FSJM.

O jornalista Jorge Hernani, antes de falecer precocemente, deixou com amigos, para revisão, alguns textos que havia escrito (por volta de 2004) no propósito de publicar um romance sobre o referido episódio. Eles parecem bem significativos para o entendimento maior dessa violenta história ocorrida em Macapá e ainda pouco esclarecida.

### O INÍCIO DA FARSA

Final de abril, 1973. Macapá já registrava um ar de intranquilidade, com aquelas nuvens carregadas de chuva, no meio da tarde quando as duas caminhonetes da Polícia Civil entraram velozes na Avenida Pedro Lazarino.

A garotada saiu correndo, afinal não era a primeira vez que a vizinhança reclamava dos palavrões que vinham dos bate-bolas no meio da rua. Mas os carros passaram direto e estacionaram em frente a conhecida padaria, no bairro do Beírol. Os delegados Uchôa, Queiroga e outros agentes, já saíram armados e foram entrando. A meninada foi chegando perto, os vizinhos foram se aglomerando. Momentos de tensão e expectativa. Minutos depois, os policiais tornaram da mesma forma como entraram, somente com armas nas mãos. Não encontraram a pessoa que desejavam prender: um velho de cabelos grisalhos, o dono da padaria conhecido como Jorge Padeiro, consi-



derado comunista perigoso.

Poucos quilômetros dali dezenas de policiais estavam com as pernas atoladas num charco, no bairro do Trem, na descida da Rua General Rondon, onde é a Praça Floriano Peixoto. Estavam armados com revólveres e fuzis vasculhando a área que era um imenso matagal e alagado. Andavam com dificuldade naquele lamaçal. Ninguém sabe quem avisou, como e quando. O certo é que de repente, o aparato policial estava ali, com a justificativa de ter recebido denúncias de que um homem que tinha estuprado uma mulher, estava refugiado no meio do lago protegido pelo matagal (HERNANI, 2004).

No texto abaixo, o jornalista narra como os presos foram tratados na prisão dentro das masmorras da FSJM.

#### ISOLADOS NAS NEGRAS MURALHAS

Um forte de muralhas negras se destaca em frente a cidade de Macapá num cenário de imponência que se ajusta à imensidão do rio Amazonas. Uma coisa tem a ver com a outra. A Fortaleza de São José de Macapá começou a ser construída em 29 de junho de 1764 e foi inaugurada em 19 de março de 1782, ainda inacabada. Foi um monumento construído estrategicamente para impedir a entrada de invasores estrangeiros pelo lado esquerdo do rio Amazonas. O núcleo central do forte tem a configuração de um quadrado com quatro baluartes pentagonais nos vértices, o que permitiria o cruzamento de fogo sobre o inimigo. Ainda no centro do monumento, encontra-se uma praça rebaixada com um escoadouro de águas, oito prédios destinados ao aquartelamento, dois conjuntos de casamatas, uma igreja e os compartimentos com celas para os prisioneiros. A fortaleza, que foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e que consumiu a mão-de-obra escrava do negro e do índio, durante dezoito anos de trabalhos, nunca foi usada em combate. Para essa estrutura rudimentar, mas de grande segurança, foram levados os presos mais “perigosos” do *engasga-engasga*.

#### Caça às bruxas

Bastaram poucas horas desde que tudo começou para que a polícia desse início a uma verdadeira “operação caça às bruxas”. A repressão do Território já tinha a situação sob controle, ou seja, sabia dos

nomes, endereços e locais de trabalhos dos “indivíduos de esquerda” que deveriam ser presos sob a acusação de serem os homens que estavam aterrorizando a cidade. As prisões se sucederam rapidamente mesmo porque, nenhum dos visados pela polícia, tentou se esconder, ou fugir de Macapá, por mais que aquela boataria fosse longe demais. Aos poucos eles foram recolhidos e agrupados na fortaleza. A cada passo que davam sobre as pedras centenárias do forte, consumava-se uma sentença sem o direito de defesa. Estavam incomunicáveis, alguém da família que tentasse saber de notícias, corria o risco de também ser preso, de ficar isolado na fortaleza sem nenhuma culpa comprovada.

### **O Drama de Cada um**

O francês Paul Lerouge era o mais idoso e debilitado dos acusados, mas nem por isso foi poupado da violência policial. Foi um dos que mais sofreu na fortaleza. Os outros presos não podiam olhar, foram obrigados a ficar encostados na parede, de costas, mas, ouviam os gritos de Lerouge que apanhava de palmatória e levava uma surra de cordas de nylon. Foram minutos de suplício num interrogatório antecipado sem registro formal. Apenas puro sadismo para arrancar daquele velhinho frágil a confissão de que ele tinha as mãos firmes de um engasgador. Paul Lerouge não tinha o que dizer e continuou apanhando acuado por três homens.

A idade pouco importava aos policiais violentos. Chaguinha, depois que teve a casa revirada pela equipe do delegado Uchôa, foi levado direto para a fortaleza. Começou a apanhar na rampa de subida do forte onde já era aguardado por sete militares. Foi reconhecido por Adalberto Couto, um oficial do Exército do Pará, que pediu ao seu superior para que lhe fosse dada a permissão para conduzi-lo ao interior do forte. Foi uma proteção momentânea. Dentro da fortaleza, Chaguinha começou a levar socos e murros. Mesmo indefeso, mostrava todo o seu brio de quem lutava contra a ditadura naquele momento.

Só com a chegada de um batalhão de militares do Pará é que os presos ficaram sabendo que seriam mandados para Belém para serem interrogados sobre o *engasga-engasga* em Macapá. (HERNANI, 2004).

Outras informações de caráter semelhante foram escritas pelo jor-

nalista, que evidencia, com certa profundidade, o episódio que traumatizou a cidade, tantas eram as invasões de militares e policiais civis que atravessavam os quintais, a qualquer hora do dia e sem mandado. Nesse contexto de medo e terror, as pessoas andavam armadas de casquetes e armas brancas. As estudantes do turno da noite iam às aulas somente acompanhadas dos pais e/ou irmãos. A cidade viveu um clima de psicose coletiva durante semanas, como dito. Os militares eram os mandatários e chegavam a hostilizar pessoas, fechar bares e dar o toque de recolher.

A FSJM, usada como lugar de tortura em “tempos de paz”, fez com que a população da cidade reafirmasse seu olhar para ela como um lugar tétrico, aliado às lendas que por ela circulavam. Não se sabe quantos trabalhadores escravos, índios ou soldados morreram em sua construção, que levou 18 anos oficialmente para ser inaugurada, sabe-se, porém que todos eles foram fundamentais para que ela se tornasse o símbolo que hoje representa para o povo do Amapá.

Há um ano desse fatídico acontecimento, com o título de “150 anos depois, Dom Pedro voltou para ver sua obra”, a revista *Latitude Zero*, de setembro de 1972, cobria a reportagem em que os restos mortais de D. Pedro I chegaram a Macapá e foram recebidos por autoridades, estudantes, funcionários públicos e a população em geral no aeroporto da cidade, que acompanharam o féretro em desfile até a FSJM. Foi um evento dos mais movimentados da época, que fez reacender os sentimentos cívicos da população, ainda imersa no orgulho da conquista da Copa do México de 1970. A revista diz assim:

Dom Pedro voltou pra cá e eu estou aqui. Foi um acontecimento de extraordinária significação. Um fato que registramos com emoção e que foi vivido com profundo sentimento de amor à Pátria Livre que nos foi legada e que temos o dever de preservar e defender, como sentinelas postadas no extremo setentrional do Brasil (Revista *Lati-*

*tude Zero*, setembro de 1972).

Mas a mesma revista reafirma o discurso em seu editorial, denominado “Sonho”

Certa vez, fez-se o sonho. Bento Maciel Parente, sonhou com uma Capitania e escreveu à Coroa: “aquí se puede hacer outra Capitania. Terra de sierras, campos alagadizoz, buena para ganados, dá bien tabaco, y coton, y puedese estender por el rio arriba, hasta la boca del rio das amaçonas, y Província de los Tapajós...”

Assim surgiu a Capitania do Cabo do Norte: 14 de junho de 1637.

Depois, outro sonhador propôs a criação da província de Oiapokia, entre o Amazonas e o Nhamundá, o Atlântico e os limites do Império. Foi Cândido Mendes, em 1853. Nada definido. Nada delimitado. Mas as grandezas e vicissitudes do homem, num sentido cósmico, criavam o conjunto político e o espaço econômico para o surgimento do Amapá.

Tanto isso é verdade que Ataíde Teive, dois séculos antes da Revolução de 31 de março, lançava a pedra fundamental da Fortaleza de São José de Macapá, para assegurar a posse da terra (*Revista Latitude Zero*, setembro de 1972).

O texto ufanista do editor da revista traz um sentimento geral de uma população que jamais poderia se manifestar ao contrário, sob pena de retaliação ou mesmo de ligação com grupos politicamente não aceitos pelo Governo, ou mesmo com a prisão.

Araguarino Mont’Alverne<sup>6</sup>, delegado de polícia, também escreveu sobre a FSJM desta forma:

<sup>6</sup>José Aragarino De Mont’Alverne (1920-2011). Pioneiro de Guarda Territorial do Amapá, nasceu em dois de novembro de 1920, no rio Araguari, Município de Macapá. Faleceu em Macapá em 23 de janeiro de 2011. Após concluir o curso científico (equivalente ao segundo grau), em 1940, serve no Tiro de Guerra e, em 1942, é convocado para o Exército, fazendo cursos de Cabo e Sargento, dando baixa em 1949. Retornando no dia 3 de abril desse mesmo ano a Macapá, ingressa no quadro de funcionários do Governo do Amapá no dia 3 de maio, lotando na Divisão de Segurança e Guarda, como delegado de Polícia de Ferreira Gomes. Em 1951, é transferido para Macapá e, em 1963, é transferido para o município de Calçoene,

O velho e imponente conjunto formado pela Fortaleza e a Igreja matriz, é o que na verdade, resta de um trabalho regado com sangue e suor, sofrimento e amor, daqueles que, com o apostolado de muitos anos, lançaram os fundamentos desta cidade de São José de Macapá [...].

Entre estas duas joias de arquitetura, floresceu a cidade que nasceu nas alvissareiras manhãs equatoriais, sob a refrega rígida do homem contra o agreste verdejante amazônico, *ante a pertinácia do branco, a submissão resignada do negro e a irrequieta participação do gentio* [grifo nosso], fundiram-se e ombream-se na luta da construção do lugar que já naqueles tempos recuados parecia ao promissor porvir [...]. (MONT'ALVERNE, 1968).

Mas eventualmente uma voz de oposição reverberava, mesmo que tímida e latente, entre os velados simpatizantes das liberdades democráticas que agora, no período da anistia política (1979), já ousavam se manifestar. O professor e poeta, português, radicado em Macapá, Armindo Oliveira Souza cantava em seu poema *Fortaleza*:

---

assumindo o cargo de delegado de polícia. Volta para Macapá em 1963, assumindo sempre cargos na esfera policial. Durante o golpe militar de 1964, acusado de “atividades subversivas”, é preso e recolhido à Fortaleza de São José de Macapá por ordem do governador Terêncio Porto. É posto em liberdade pelo próximo governador Luiz Mendes da Silva, retornando como delegado de Polícia Civil e, em seguida, comandante da Guarda Territorial. Em 1985, aposenta-se. Morre aos 91 anos. Era escritor e membro da Academia Amapaense Maçônica de Letras. Fonte: Edgar de Paula Rodrigues. Disponível em: [edgaramapa.xpg.uol.com.br](http://edgaramapa.xpg.uol.com.br).

Cintila no azul do farol uma luz que vai  
e volta  
Poderia ser verde, mas não é.  
    É vermelha.  
    Vermelha cor de sangue  
    Fortaleza da Macapá, saltos por sobre  
Pedras  
[...]  
Seculares corremos entre as muralhas  
Mãos se entenderam, pularam, se uniram  
    E saíram  
Tão juntas  
Que só lá podem ser vistas  
    Novamente (SOUZA,1979).

Entre os numerosos textos contemporâneos publicados em jornais, livros, postais, *folders* e diversos prospectos turísticos e culturais sobre a FSJM, notadamente quando da comemoração do seu bicentenário (1982), selecionamos diversas frases publicadas em jornais locais e prospectos institucionais que trazem pedaços de um discurso amplo. Esses discursos ora se revelam amoroso-poéticos, ora nacionalista-ufanistas e vão se espalhando, repetitiva e imperceptivelmente, no imaginário social e dos indivíduos, por meio de códigos ideológicos neles contidos. Estão sempre presentes nas escolas, que são responsáveis pela disseminação patriótica desde a época da transformação do Amapá em Território Federal, mas com evidência vigorosa durante os anos do governo militar (1964-1985).

Exemplos desses textos, temos os seguintes:

A Fortaleza olhada atentamente das aeronaves, lembra uma estrela de quatro bicos encravada no solo, às proximidades da Foz do Rio Amazonas (Amapá. Fortaleza de São José de Macapá. Governo do Território Federal do Amapá/ SEPLAN/DETUR. Macapá, Imprensa Oficial, 1982).

A Fortaleza de Macapá é uma relíquia histórica, é uma sombra ilumi-

nada do passado que, nos confins do norte pátrio ainda tem grandeza bastante para se projetar sobre a Nação inteira, como exemplo de valor pessoal da dignidade de soldado, do heroísmo da gente do Brasil (Amapá. Fortaleza de São José de Macapá. Governo do Território Federal do Amapá/ SEPLAN/DETUR. Macapá, Imprensa Oficial, 1982).

Orgulho Nacional, a maior, a mais bela, imponente e sólida fortaleza deste país (Jornal *Marco Zero*. Caderno 2, especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, de 19 a 26 de março de 1982).

Sentinela da Pátria na foz do Rio Mar (Aloísio Brasil. Jornal *Marco Zero*. Caderno 2, especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, de 19 a 26 de março de 1982).

Guardiã da Amazônia no braço esquerdo do Rio Mar (Aloísio Brasil. Jornal *Marco Zero*. Caderno 2, especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, de 19 a 26 de março de 1982).

Em ti ecoam as vozes dos negros de pele d'África, do lusitano saudoso, do índio libertário, de mistura com as nossas orações (Aloísio Brasil. Jornal *Marco Zero*. Caderno 2, especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, de 19 a 26 de março de 1982).

Fortaleza de São José. Considerado o mais belo, o mais imponente e o mais sólido monumento militar do Brasil no período colonial (Amapá. Guia Turístico de Macapá e Santana. Governo do Estado do Amapá/ CEICT/Departamento de Turismo. Imprensa Oficial. S. d.).

A importância da Fortaleza de São José de Macapá. No contexto local é visível, pois trata-se do maior monumento do Estado e o processo de restauração por que passa a Fortaleza, vem contribuindo de forma decisiva na mudança de postura da sociedade: do respeito distante à cumplicidade e orgulho pelo monumento (Roseane Costa Norat. Fortaleza de São José de Macapá. Restauração 1977/99. Governo do estado do Amapá. Macapá, 14 de janeiro de 1999).

A restauração da Fortaleza de São José de Macapá passa também pelo reconhecimento de um dos maiores monumentos da Arquitetura Militar do país e da América Latina, resgatando sua importância dentro do contexto histórico, geográfico e cultural brasileiro (Roseane Costa Norat. Fortaleza de São José de Macapá. Restauração

1977/99. Governo do estado do Amapá. Macapá, 14 de janeiro de 1999).

Os discursos contidos nessas frases, construídas e repetidas durante anos, fazem parte do imenso arcabouço produzido pela mídia, pelas ideologias políticas, pelas expressões artísticas como a literatura, a música e a pintura e pela mitologia.

Trazem dentro delas o testemunho de quem as cunhou com suas convicções e sentidos de realidade, embora às vezes estejam carregadas de tons metafóricos. As transformações, as permanências e as memórias também perpassam os diversos gêneros discursivos, seja através dos fatos históricos, seja das decisões políticas que culminaram em restaurações que sedimentaram o sentido identitário do povo amapaense. Os textos regem, portanto, toda a estrutura constitutiva da FSJM, em vários dos seus aspectos: morfológicos ou artísticos, exteriores ou interiores, econômicos ou sociais, memoriais ou de esquecimento e ainda de silenciamentos em épocas remotas, quando o monumento parecia adormecer, tomado pelo mato e desprezado pelo poder público.

Desde o início da construção, transita, por dentro e fora da fortificação, uma correnteza de discursos emitidos pelos mais diversos atores (emissores), pois o discurso é um algo que segue em curso, um processo, uma prática. Prática esta normalmente eivada de ideologia de que se valem os detentores do poder para realizarem seus interesses políticos.



## Memórias do Cárcere em Macapá, a partir de sua literatura

Esses episódios instigam reflexão sobre a memória que não se prende apenas aos fatos que se sucederam, mas às suas consequências indeléveis para tantos que participaram do contexto da ditadura em Macapá, como os que se recusaram a dar depoimentos ao jornalista Ray Cunha no tempo da “Operação Engasga-Engasga”. E se, de um lado, a literatura escrita pelos “intelectuais” orgânicos do governo militar deixava um grau de satisfação àqueles que os comandavam, por outro lado, o poder passa a ser observado pelo que tem de contraditório, dentro do arcabouço rígido da história oficial da ditadura militar.

A violência usada pelo poder, sua virulência e fanatismo também deixaram certo ar caricatural, pois nem sempre os homens que comandam as engrenagens de um governo que se instaura pela violência são preparados administrativamente. Esse poder normalmente encarna atos de incerteza, corrupção e desastres administrativos.

Ainda que a literatura da época fosse silenciada pela censura, poetas como Isnard Lima, Odilardo Lima, Armando Sousa, Fernando Meireiros, Osvaldo Simões, Francisco Souza (Galego), Benedito Monteiro (Binga) e outros faziam sua “resistência” política nos bares da cidade, recitando seus versos contra a ditadura e imprimindo textos poéticos em mimeógrafos. Foi a forma encontrada para não se travar embates violentos com a polícia, já que os prendia muitas vezes por motivos fúteis. E ademais muitos jovens estudantes já vinham entendendo o que se passava no país, com “as visões se clareando”, como dizia a música (censurada) do compositor Geraldo Vandré na época.

Para tratar dos fatos dessa época, as reflexões têm que passar im-

preterivelmente pela memória, sem a qual não há como sustentar a identidade, ou mesmo entender o sentido da literariedade expressa nos textos dos escritores e seus discursos. Tal literariedade significa observar o que ela tem realmente de literário, quando os autores trabalham a linguagem de forma consciente, resultando num efeito que tenha sentido para o receptor (leitor) de suas obras.

Para sustentar a interpretação, as obras estão ligadas consciente ou inconscientemente às ideologias, pois continuam sendo instrumento veiculador de alguma coisa que nem sempre é de sua própria realidade, mas imanente a ela. É uma atividade da linguagem que tenta construir seu próprio discurso, seja através da metáfora, na poesia, seja através da metonímia, na prosa (CHALHUB, 1986, p. 23), pois ambas comunicam, geram e emitem mensagens.

Assim, em relação à recusa de dar informações ao repórter que narrou o episódio do “Engasga-Engasga”, convém dizer que a memória e a identidade se concentram em lugares quase sempre com um nome que são referência perene, que agem desafiando o tempo, como é o caso da FSJM. Eles têm suas razões de serem lugares de memória, pois, segundo Candau (2014, p. 157), ao mencionar os estudos de Pierre Nora, a função primordial desses lugares é deter o tempo e bloquear o trabalho de esquecimento, fixando um estado de coisas e de “imortalizar a morte”. Para Nora (1993), um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha, como mostrou Maurice Halbwachs (2004) em relação aos lugares santos.

Para os que se recusaram a informar o jornalista, o que era lugar de memória passou a ser um lugar de amnésia, porque a memória da tragédia é forte. É uma memória do sofrimento, baliza que adverte dos perigos ou que indica um sinal de passagem. Porém, os lugares da amnésia são aqueles onde somente o esquecimento trabalhou, dado

que a lembrança era muito pesada para ser carregada pelos recusantes.

Para Candau (2014), existem regiões-memórias, cidades-memória ou mesmo bairros que se afirmam vigorosamente com a força das identidades locais, cujas paisagens podem contribuir para a afirmação das memórias desses lugares, quando compartilhadas, e influenciar o sentimento de identidade nacional. Até o próprio quarto de uma pessoa pode ser um lugar-refúgio privilegiado para a lembrança, pois ele existe na memória como um espaço de isolamento. Candau (2014, p. 158) fala que,

De uma maneira geral, “a sociedade silenciosa e imóvel dos lugares”, a memória das “pedras da cidade”, a permanência das referências espaciais “nos confere um sentimento de ordem e quietude” e “a ilusão” de não haver mudado através do tempo, o que é sempre tranquilizador para a identidade pessoal e coletiva.

A memória das pessoas é fonte inesgotável de informações, pois é plena de significados e está sempre povoada de nomes e significações, porque cada olhar sobre algo sempre revela coisas e remete a contextos diferentes, até emocionais. Da história de um indivíduo, pode-se captar um significado social bem abrangente, quando a memória se torna coletiva.

É Nacarato (2008, p. 177-178) quem lembra que o verbo “recordar”, de origem latina, em sua etimologia, é construído a partir do prefixo “re”, o movimento de “fazer novamente” e de “*cordis*”, que significa “coração”. Todavia, para os antigos romanos, “*cordis*” não era apenas um órgão físico vital, era o centro da alma; e colocar algo de novo no centro da alma é trabalho mais denso e intenso que a repetição ou a reativação, seja porque o “de novo” retoma a experiência passada, seja porque esse retomar é sempre uma novidade. Assim,

Não concebemos a memória como um repositório do passado, um

arquivo imóvel, mas, sim, como um trabalho constante do sujeito no tempo presente, flexível diante das vicissitudes e relações que este presente coloca, sujeito a intervenções conjuntas múltiplas, variável nas suas formas de produção, nos contextos em que se lembra, nos motivos pelos quais essas lembranças são reconstruídas (CANDA, 2014, p. 178).

Nacarato (2008, p. 178) ensina ainda que o lembrado e o esquecido compõem uma experiência que é ao mesmo tempo individual e coletiva, de forma a constituir o sujeito, na medida em que “relembrar é identificar-se consigo e com o outro”.

A memória é, pois, uma substância da coletividade. Ela mora naquilo que, em nós, só pode existir pela relação com o outro, com a família, com o mundo do trabalho, com um tempo ou um lugar, com espaços socialmente constituídos dos quais participamos.

Alfredo Bosi comunica que a memória é, na metáfora corpórea de Santo Agostinho, o ventre da alma. Lembrar, para o doutor da Igreja, é saber de cor. “Cor é coração. É o coração que lembra primeiro. Mas cor é também, a raiz da palavra coragem. Memória, sentimento e coragem são palavras imbricadas” (BOSI, 2013, p. 349).

É Bosi ainda que incentiva a repensar as ideologias e suas relações com a literatura, pois

no que se pode ainda razoavelmente sustentar é que literatura e ideologia se tangenciam enquanto ambas pressupõem o mesmo vasto campo da experiência intersubjetiva. Mas os seus modos de conceber e de formalizar essa experiência são diversos, quando não opostos (BOSI, 2013, p. 248).

Isto posto, o autor afirma que a literatura exprime e re-presenta, que presentifica, singulariza e olha de jeito novo ou de forma renovada os objetos de sua percepção e chega a iluminar as fantasias do sujeito da escrita. Já a ideologia, pelo seu lado reducionista, chega a

uniformizar os elementos que reduziu, pois também generaliza e tende a ocultar as diferenças (de identidades), preenchendo as lacunas (passagens e os caminhos) e os momentos descontínuos ou contraditórios da subjetividade.

Quando compara os dois conceitos, Bosi (2013) resume que, enquanto a literatura dissemina (a ficção, a poesia), a ideologia chega a fixar os signos e as ideias em “seu devido lugar”, fechando sempre que pode o universo do sentido, mas de qualquer maneira, estão imbricados. Para que se perceba isso, basta observar o conjunto de obras de certo período do mesmo campo literário. Bosi ainda diz que poesia e ideologia, poesia e doutrina, poesia e não poesia são parentes, talvez rivais, mas parentes.

Assim emerge a Fortaleza de São José de Macapá como *locus* das identidades amapaenses (espaço literário em si) no contexto da ditadura militar que se instalou no Território Federal do Amapá a partir de 1964.

## **A Fortaleza de São José como *Locus* da Criação Literária na Ditadura Militar no Território Federal do Amapá**

O poder dos militares foi crucial para que se construísse o Círculo Militar de Macapá, a partir de uma invasão consentida da zona leste da FSJM, que deu origem à construção de quadras esportivas e à própria sede do Saci Clube, antes mesmo da fundação do Círculo Militar, em 15 de maio de 1969, no mesmo lugar, “com o objetivo de congregar os militares da reserva e da ativa, aqui residentes, bem como civis com

participação ativa na sociedade”<sup>7</sup> (Revista *Latitude Zero*, setembro de 1972).

No poema memorial de Luiz Jorge Ferreira, a Doca da Fortaleza (área onde aportavam as embarcações que abasteciam Macapá, ao lado da FSJM) exerce nele uma reação diferente, pelo que sua biografia<sup>8</sup> lhe inspirou, num misto de ficção, romantismo e realidade.

PECADO VENIAL... PECADO MORTAL...

Perto de mim, o funcionalismo da União  
vendia o salário aos comerciantes da Doca da Fortaleza  
minha mãe fritava o ovo e punha quente no meu prato  
misturava farinha, lágrimas e dor de fome,  
assim temperado, eu comia, órfão.  
Perto do pote, ela tomava água com água  
subia a rua poeirenta e ia ensinar aos homens do futuro  
para que eles nunca mais fizessem uma professora brasileira  
passar fome (FERREIRA, 1986).

Muitos dos que se integraram à luta nacional contra a ditadura trazem em seus textos a lembrança do monumento, como esse trecho

---

<sup>7</sup>A agremiação militar foi demolida na década de 2000, quando o IPHAN retirou todos os prédios da área tombada.

<sup>8</sup>Luiz Jorge Ferreira, nascido em Belém, porém desde muito cedo levado a Macapá, onde chegou aos dois anos. Médico, escritor e membro fundador da Sobrames (Sociedade Brasileira de Médicos Escritores) Seção São Paulo. Escreveu alguns livros: *Berro verde* (Poemas), *Tempos do meu tempo* (Poemas), *Beco das araras* (Poemas), *Cão vadio* (Poemas), *Thybum* (Poemas), *O avesso do espantinho* (Contos), *Luiz(s) signo do sol: a cinzenta tarde colorida* (Poemas). Letrou música para alguns compositores de MPB e música regional de raiz como Milton Batista, Edinaldo Lobato, Alfredo Reis, José Serra, Fernando Canto e Grupo Paçoca (Claudinho Reis, Gil e Jorge Moreira). Participou do Festival da Tupi (1977), com o frevo *Sem Jeito* (Luiz Jorge & Assunção — músico amapaense da banda Os Cometas) e foi premiado como o Melhor Arranjo — Maestro Nelsinho e intérprete (Trio Nagô). Foi premiado em vários Concursos Literários de Contos e Poesia. Prêmio Canon 2009, Prêmio Bernardo de Oliveira Martins 2002-2003, Prêmio Flerts Nebó 2006-2007, International Poetry – 1983 (University of Colorado, Boulder). Participou da Bienal de 2010 como convidado pela Scortecchi Editora. Publicou *Poema sobre o operário Santo Dias* (morto em manifestação de greve no Brasil) no *Le Monde* (Paris-França). Fonte: informação do autor.

de uma crônica do ex-exilado, ex-prefeito de Macapá, ex-governador do Amapá e atual senador João Alberto Capiberibe.

#### Clarões da Alma

A Fortaleza imponente, ao lado, que bela paisagem que a história nos legou e que preencheu meus sonhos por anos e anos...

Cresci íntimo com o rio e suas praias lamacentas. Pescava e perambulava entre a Fortaleza e o Igarapé do Jandiá, território livre da minha segunda infância, que me conservou a cultura ribeirinha do Juruá. Orgulhava-me do trapiche enorme avançando no mar doce, desafiando as marés, apontando, poeticamente, para a lua cheia (CAPIBERIBE, 1998).

A crônica acima reflete basicamente o despertar da memória ribeirinha de quase todos os habitantes de Macapá. O trecho, escrito por João Alberto Capiberibe, refere-se à orla principal da cidade, em que havia o trapiche e as embarcações, o hotel do Governo e o estaleiro territorial, entre a Doca da Fortaleza e o igarapé do Jandiá.

Os textos apresentados neste artigo mostram o grau da criação literária sobre a FSJM e revelam, mesmo incipientemente, o rumo crítico aos acontecimentos históricos, através da memória dos autores. Nota-se que a criação literária do Amapá sobre a FSJM é um eterno devir, uma busca de identidade que perpassa por um processo de construção das identidades locais, cujas raízes parecem aflorar desesperadamente em questões que atormentam os sentidos – significados há tanto tempo velados em uma caixa esculpida na pedra.

Depois do poema *Macapá* (1889), de Alexandre Vaz Tavares<sup>9</sup>, dezenas de escritores produziram textos sobre a FSJM e sua área externa, ora exprimindo a saudade, ora expressando sentimento de orgulho e

---

<sup>9</sup>Alexandre Vaz Tavares (1858-1926) foi médico, político e poeta. Sua principal obra poética foi o texto *Macapá*, sobre sua infância nessa cidade. Era republicano e foi prefeito de Macapá.

ufanismo e até sarcasmo e raiva contra as ações do sistema ditatorial vigente à época de suas criações.

Hodias Araújo, também poeta memorialista da cidade e professor do Ensino Médio de Macapá, escreve a sua versão poética sobre a área externa da FSJM desta forma:

Inda me lembro da doca  
Das canoas que chegavam  
Traziam mercadorias  
Para os que aqui moravam  
[...]  
Do matagal existente  
Na frente da fortaleza  
Vi surgir como progresso  
Nosso mercado central  
Que num ato triunfal  
Dominou a natureza (ARAÚJO, 2006).

O poeta popular se lembra com detalhes de outros aspectos do monumento que até hoje tomam conta do imaginário popular, como o paradeiro dos canhões e do mirante, que possuía um farol náutico.

O farol da fortaleza  
Guiava o navegador  
Para achar o rumo certo  
E navegar sem temor  
Seu destino é ignorado  
Com certeza foi roubado  
Por algum governador  
[...]  
E foi assim que sumiram (ARAÚJO, 2006).

No verso “O farol da fortaleza”, Hodias se refere ao mirante que existia no baluarte Nossa Senhora da Conceição. Segundo o historiador Edgar Rodrigues (Jornal *Marco Zero*, 1982), o farol [com mirante] foi ali colocado em 1900, depois foi retirado e criou-se outro, com o



nome de “Macapá”, Classe SG (sem guarnição), sistema automático AGA, de chama nua a gás acetileno. Em 1979, ele foi retirado e no ano seguinte foi construído outro, de 10 metros de altura, que foi novamente retirado pelo IPHAN na restauração de 1977.

É voz corrente entre o povo de Macapá que os canhões setecentistas da FSJM foram furtados. E até hoje ninguém dá uma explicação plausível sobre o assunto. A maioria dessas peças de artilharia foi substituída por peças de cimento. Especula-se, no imaginário popular, que eles estejam em mansões de ex-governadores militares (da Marinha) no Rio de Janeiro. Daí o protesto desse poeta Hódias Araújo.

Creemos que esses textos são o resultado da busca de uma dimensão dialógica entre a lembrança e a produção literária sobre o monumento. Destarte, será preciso refletir mais ainda sobre a questão memorial. Afinal, o que é a memória senão um meio para se posicionar num lugar, numa sociedade para reconstruir, por descrição literária, um ponto de vista em que os autores são testemunhas oculares desses fatos e com isso deixar seus testemunhos para a sociedade local.

Cordeiro Gomes, por sua vez, enfoca a FSJM como o lugar das torturas. Em seu poema *Fortaleza de Macapá*, ele trata do assunto referindo-se aos maus tratos dispensados aos trabalhadores braçais no século XVIII, dando-lhe um ar soturno que as prisões tortuosas ensejam, sendo esse tema uma voz recorrente e plural entre os poetas amapaenses.

Monumento histórico  
Guardião impassível de uma época  
Granítico símbolo de um povo  
Nas noites  
– longas noites –  
Do gênese da cidade  
[...]  
Nas prisões subterrâneas  
Nas masmorras gotejantes  
Fantasmas-prisioneiros de 200 anos  
Retornam assombrando trevas  
Nos gritos desencontrados das aves noturnas... (GOMES, 1981).

É possível que o autor se refira também aos presos do golpe militar de 1964, que “retornam” com seus gritos nascidos das torturas, já que a fortaleza, como vimos aqui, serviu de cárcere para prisioneiros em vários episódios políticos ocorridos em Macapá. Entre eles a própria “Operação Engasga-Engasga”, em maio de 1973, examinado acima.

Nesse contexto, emerge uma forma sub-reptícia de tentar burlar a censura federal, já que livros e músicas editados no período passavam pelo crivo dos censores. E havia o agravante de que o poeta Cordeiro Gomes era um servidor do gabinete do governador, que se dividia entre os serviços burocráticos e o jornalismo. Carlos Cordeiro Gomes era jornalista e um poeta muito popular, pois nas rodas boêmias também se destacava por declamar seus poemas. Nasceu e morreu na cidade de Vigia/PA.

Já Ray Cunha<sup>10</sup> assim inicia o seu romance *A casa amarela*:

---

<sup>10</sup>Ray Cunha nasceu em Macapá, em sete de agosto de 1954. Além de escritor, é jornalista, profissão que exerce desde 1975. Trabalhou em jornais e revistas de Belém, Manaus, Rio Branco e Brasília. Graduiu-se em jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1987, ano em que fixou residência em Brasília. É terapeuta em Medicina Tradicional Chinesa, formado pela Escola Nacional de Acupuntura (ENAc), de Brasília. Seguem, em ordem cronológica inversa, seus livros publicados: *A confraria cabanagem* (Romance), *Hiena* (Romance), *A casa amarela* (Romance), *Na boca do jacaré-açu*: a Amazônia como ela é (Contos), *O casulo ex-*

O trapiche Eliezer Levy, defronte ao Macapá Hotel, avança no rio Amazonas como o calçadão de uma avenida. As embarcações de passageiros ou de carga que atracam e partem, vêm geralmente de Belém, do Marajó e do Baixo Amazonas. Dia e noite passageiros chegam e partem, famílias aguardam entes queridos ou se despedem de parentes, grupinhos passeiam, casais se agarram e pessoas solitárias se sentam ou se encostam no parapeito, e ficam ali, olhando para os outros e perdendo o olhar no rio imenso [...]. A maré estava subindo e as embarcações dançavam como se fossem soçobrar, mas, bem amarradas ao trapiche, eram mantidas prisioneiras, lembrando cavalos selvagens recém-capturados. A água surrava a muralha da Fortaleza de São José de Macapá, entrava por um canal e ia dar nas masmorras, onde os presos do Golpe de 64 conversavam (CUNHA, 2004).

Nas páginas 48 e 49 deste romance, o escritor Ray Cunha usa personagens reais, que participaram de episódicas situações dentro da cidade de Macapá. É recorrente, no decorrer do texto, a presença da Fortaleza enquanto ambiente por onde passam as personagens de sua narração ficcional, como na passagem:

A Fortaleza soltava-se, aos poucos, na escuridão. À medida que ia clareando, a fortificação mais se parecia a um navio vagando no inferno”; “A Fortaleza São José de Macapá erguia-se, imensa, na margem seca do rio. Sua existência, de pedras e de sombras, em vez de tranquilizadora, pairava como uma ameaça. E quando o rio avançava e havia vento, a maré chicoteava sua muralha de pedras, assentadas pelos negros, que depois foram para o Curiaú, o Laguinho e os Congós”; e “E assim, sitiada pelo rio, a Fortaleza flutuava na água como um navio fantasmagórico. À noite, as luzes da cidade eram testemunhas daquele vagar infernal: uma Fortaleza flutuando no rio Amazonas, ventre inchado, estourando

---

*posto* (contos), *Trópico úmido*: três contos amazônicos (Contos), *A caça* (Conto), *A grande farra* (Contos), *Sob o céu nas nuvens* (Poesia) e *Xarda misturada* (Poesia).  
Fonte: informação do autor,

de vermes e berros noturnos. Ali na Fortaleza São José de Macapá nascia uma nova civilização.”

Ray Cunha expressa ainda com mais fidedignidade o discurso da contracultura em relação ao tempo da ditadura militar. Suas obras são baseadas em casos verídicos como as prisões de amigos seus nesse período histórico de repressão no Brasil. Ele infringe o discurso oficial e o dissimulado, o texto elogiador e o aparentemente contrário ao sistema. Dá a eles o trato de reprocessamento da memória coletiva (assim como uma voz de tantos que queriam dizer o que ele diz), quando recupera o passado a partir de uma relação entre o objeto e o leitor, entre o indivíduo e o grupo e entre estados temporais que evocam principalmente o passado e o presente de sua construção literária.

Ele narra o fato comum aos olhos comuns do embarque e o desembarque de passageiros da Amazônia, deixando nas entrelinhas aflorar gestos, cheiros e movimentos da paisagem humana do território amazônico, tão comuns que nem sempre se percebe. Trata a FSJM com metáforas regionais, “um navio no inferno”, “um navio fantasmagórico”, uma fortaleza que flutua com o ventre inchado, como se fosse um monstro, talvez uma esfinge que espera ser decifrada no tempo.

Os poetas costumam colocar nas entrelinhas dos seus poemas, relacionadas à Fortaleza e à sua memória, os seus encontros/desencontros com o passado e o tempo presente, como neste trabalho poético de Luiz Jorge Ferreira:

Quem chega d’outras terras  
De épocas mais andadas, pode calar um berro.  
– Muitos abençoam a vez de vê-la –  
Lá está fixa a enseada. Marrom-amarelada!  
Senhora destes ventos de soslaio.  
Como se fora, fora a forma geométrica.

Um jogo de damas, espriada na ponta avançada  
Cujas primeiras porções quebradas  
Dão ideia do monstro marinho  
Que lhe rói o piso  
[...]  
Nesta masmorra apodrece um amigo  
Um antigo, um preto-velho, um tempo novo!  
E muita coisa, que muita gente quis.  
As aberturas, as torres,  
Abrem bocas de canhões.  
– Cansei de acordar, medo do barulho,  
Atirando pólvora ao lado do rio –  
1958. Um rádio chiando. Gol do Brasil.  
No outro lado. Os franceses invadindo a área  
Cabralzinho defendendo. Voavam albatrozes e pousavam marrecas  
[...]  
O Farol há coisa de vinte anos abriu os olhos pra noite  
[...]  
Aquele bloco abandonado a lustre.  
Ele reflete o rosto do feitor, o ruído do chicote  
A hemácia espocada de encosto a dor-do-carregar-pedras.  
A falta de pedras te deixou inacabada  
– Gorjeios de um rouxinol embalsamado  
No suor dos pretos que marcaram a tua estrada  
Desde o Macacoari, aos teus lados, caía e doía  
[...]  
Ah! Lhe tornaram o leito uns tubos de concreto?  
Então agora estás só?  
Mesmo quando eu que nasci te vendo,  
Vá morar mais longe que a vida.  
Outros quiçá te vejam com orgulho.  
Sonhem contigo, deusa de pedra.  
Mesmo mirando um pobre passarinho  
Que não te conhece a glória.  
E te coloca na amurada, afoito, um pouco de fezes  
Ao término do alado coito! (FERREIRA, 1982).

A natureza se insere diretamente com o que o homem produz no espaço. Como produto histórico, testemunha e ajuda a mudar a confi-

guração do que existe nesse espaço, até mesmo com sua memória, na perspectiva de que tudo aquilo que cria é parte da reprodução de sua existência.

Nesse contexto, a poesia de Luiz Jorge Ferreira se coloca não apenas como a descrição memorial do seu tempo de criança, mas também como um produto social onde ele, o poeta, é parte da inevitável dinâmica da cidade. Solta seus lampejos memoriais, metaforizando o monumento, chamando-o de “monstro marinho”, mas suaviza esse termo no final denominando-o “deusa de pedra”. Mesmo longe, o poeta recebe a notícia do funcionamento do farol, mas talvez queira dizer que os olhos estejam mais vigilantes contra os que supostamente querem lhe destruir.

Dessa maneira, a literatura age nos corações e nas mentes de seu público, tendo a cidade – sobretudo a FSJM – como objeto e interlocutora das experiências do período histórico, no caso, a ditadura militar em Macapá (Território Federal do Amapá). Tal experiência reverbera no corpo do escritor, do jornalista e dos personagens históricos que sofreram o terror de um regime de exceção há mais de 50 anos.

## Considerações Finais

É necessário reiterar sobre a importância do papel do autor até mesmo quando é anônimo, pois é quem cria um texto, uma imagem, um discurso. É quem entrega um elo à corrente de uma construção subjetiva; que realiza a aliança com o outro em uma condição em que o seu produto ficcional, informativo ou poético, traz em seus ombros um arcabouço memorial coletivo, mesmo que seja inconsciente.

Todas as representações simbólicas produzidas pelos escritores e que de alguma forma ganham repercussão coletiva, expressam visões

de mundo e de sociedade, diria de identidades e, como tal, são visões políticas e sociais da realidade, porque as ideologias estão ligadas às percepções da cultura e do contexto no qual se insere.

As referências literárias expostas no presente artigo trazem as preocupações sociológicas devido a sua correlação entre a literatura e a sociedade, sem buscar condicionamentos estéticos ou outro caminho que não seja essa correlação. No caso do período ditatorial em Macapá, verificou-se que a questão das identidades perpassa pelos textos ancorados na memória dos escritores e inscrevem a FSJM como o *locus* de diversas manifestações sociais, políticas e culturais ao longo de sua permanência, tão eivadas de significados nos discursos de toda ordem, emanados pelos detentores do poder e por aqueles que só tinham o poder da escrita.

## Referências

AMAPÁ. Guia Turístico de Macapá e Santana. Governo do Estado do Amapá/ CEICT/Departamento de Turismo. Imprensa Oficial. S. d.

\_\_\_\_\_. Fortaleza de São José de Macapá. Governo do Território Federal do Amapá/ SEPLAN/DETUR. Macapá, Imprensa Oficial, 1982

ARAÚJO, Hodias. *20 centavos de poesias*. Macapá: Tarso Editora, 2006.

BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Cultrix, 2013.

\_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ouro Sobre

Azul, 2000.

CAPIBERIBE, João Alberto. *Clarões da alma. Trapiche: ancoradouro de sonhos.*

CHALHUB, Samira. *A Meta-Linguagem.* São Paulo: Ática, 1986.

CIDADE EM PAZ NOVAMENTE. *Jornal Novo Amapá*, 10 de maio de 1973.

CORREA, Márcia (Org). Macapá: s.ed., 1998

CUNHA, Ray. *A casa amarela.* Belém: Cejup, 2004.

\_\_\_\_\_. *Operação “Engasga”. Tortura em Macapá: uma época de obscurantismo. Jornal Resistência.* Belém: 1980.

FERREIRA, Luiz Jorge. *Tempos do meu tempo.* Macapá: GTFA/DIO, 1982.

GOMES, Carlos Cordeiro. *Poemas de amar mar.* Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

\_\_\_\_\_. *Cão vadio.* Imprensa Oficial. Macapá: 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

FORTALEZA DE MACAPÁ: Histórico monumento a serviço do crime e destruição da liberdade – Presos comuns trancafiados dentro das paredes seculares da ex-praça de guerra. *Jornal Folha do Povo*, de 28 de maio de 1959.

JORNAL MARCO ZERO. Caderno 2, especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, de 19 a 26 de março de 1982.

LÁZARO, João. Blog Porta-retrato. Macapá de outrora. Disponível em: [porta-retrato-ap.blogspot.com.br](http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br). Acesso em: 10 mai. 2015.

MONT’ALVERNE. José Aragarino. *Fortaleza de São José de Macapá.* *Jornal Amapá.* Macapá. 20 de março de 1968.

NACARATO, Adair Mendes et al. Pelos fios e tramas da memória: entretecendo narrativas de si, do outro, de todos nós. Memórias, histórias de vida e formação de professores. *Revista Educação e Con-*



*temporaneidade*. Salvador: FAEEBA/UNEB, vol. 17, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORAT, Roseane Costa. *Fortaleza de São José de Macapá*. Restauração 1977/99. Governo do estado do Amapá. Macapá, 14 de janeiro de 1999.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Domingos Soares Ferreira Penna*. II Volume. Reedição do Conselho Estadual de Cultura: Belém, 1971.

PENAFORT, Hélio. *Micro reportagem*. Macapá: Imprensa Oficial, 1985.

\_\_\_\_\_. Na falta dos autênticos, qualquer um servia pra comunista. *Jornal do Dia*, 16 de novembro de 1997. Página A4, Macapá: 1997.

REVISTA LATITUDE ZERO. Ano I. Jul/Ago. Macapá: 1969.

\_\_\_\_\_. Ano 2. Nº 8. Setembro de 1972. Macapá: 1972.

RODRIGUES, Edgar de Paula. *José Aragarino De Mont'Alverne*. Disponível em: [edgaramapa.xpg.uol.com.br](http://edgaramapa.xpg.uol.com.br).

SANTOS, Dorival. *Entre a tortura e a Matinta Pereira: uma abordagem cultural da ditadura militar no Amapá*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2004.

SANTOS, Jorge Hernani. *A Operação Engasga*. (Romance). Inédito. Macapá, 2004.

SOUZA, Armindo Oliveira. *Retratos*, Macapá: S.ed., 1979.

TAVARES, Alexandre Vaz. *Recortes Poéticos (Antologia)*. Confraria Tucuju, Macapá, 2002.

**Resumo:**

O presente artigo visa abordar a literatura produzida durante o regime ditatorial militar que se instaurou em Macapá (1964), capital do então Território Federal do Amapá, até o ano da “Operação Engasga-Engasga” (1973), quando dezenas de pessoas foram presas nas masmorras da Fortaleza de São José de Macapá (FSJM), acusadas de subversão. Tais fatos surgem em textos de literatos amapaenses e em periódicos locais, com manifestações da ordem e da contraordem política sobre a FSJM, instigando a reflexão sobre a memória e as consequências sociais do período ditatorial. O artigo foi produzido a partir de fatos narrados por jornalistas, poetas e romancistas e por depoimentos de pessoas que vivenciaram aqueles acontecimentos. Verificou-se que a FSJM foi palco de diversas ações políticas, reproduzidas na memória e na literatura local.

**Palavras-chave:** memória; identidade; literatura; Fortaleza de São José de Macapá; ditadura militar brasileira.

**Abstract:**

The present article aims to approach the literature produced during the military dictatorship regime that was established in Macapá (1964), capital of the then Federal Territory of Amapá, until the year of Operation Engasga-Engasga (1973), when dozens of people were arrested in the dungeons of the Fortress of São José de Macapá (FSJM), accused of subversion. These facts appear in texts of amapaenses and local periodicals, with manifestations of order and political contraord on the FSJM, instigating the reflection on the memory and the social consequences of the dictatorial period. The article was produced from facts narrated by journalists, poets and novelists and by testimonies of people who experienced those events. It was verified that the FSJM was the scene of several political actions, reproduced in memory and local literature.

**Keywords:** memória; identidade; literatura; Fortaleza de São José de Macapá; ditadura militar brasileira.

Recebido para publicação em 18/05/2018.

Aceito em 23/06/2018.